

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Fevereiro, 2015

O EXEMPLO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo tem o maior parque industrial e o maior centro financeiro do Brasil. Também é líder no ranking da produção de ciência e tecnologia. Seu comércio e serviços andam na mesma direção. É um estado moderno. Pode-se pensar que quem atingiu esse patamar de desenvolvimento urbano possui uma agricultura em declínio. Puro engano.

São Paulo ocupa lugar de destaque no agronegócio do País e do mundo. A área agrícola, de 21,4 milhões de hectares, é formada por um mosaico de mais de 325 mil propriedades rurais, de onde brotam riquezas e empregos.

O estado é líder nacional na produção de cana-de-açúcar, etanol, bioeletricidade, laranja, suco de laranja, frutas, flores, borracha natural, ovos e cogumelos. Pelo perfil agroindustrial que possui, respondeu por 21% das exportações do agronegócio brasileiro em 2013.

Sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) com sua Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, que coordena seis institutos de pesquisa – Instituto Agrônômico, Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos e Instituto de Zootecnia – e mais 14 Polos de Pesquisa estrategicamente espalhados pelo estado dão suporte a sua pujante agricultura.

Pois bem, na sua incessante luta para que o estado mantenha o agronegócio e em expansão com sustentabilidade, a Secretaria de Agricultura elabora um Relatório de Sustentabilidade da GRI (Global Reporting Initiative). Trata-se de uma instituição global independente e sem fins lucrativos que criou uma estrutura mundialmente

reconhecida para medir o desempenho econômico, ambiental social e de governança de empresas, repartições públicas, organizações não governamentais e outras. Criada na Holanda, a GRI é utilizada, hoje, em mais de sessenta países. No Brasil, cerca de 200 empresas já utilizam suas diretrizes para reportar seus impactos.

Com essa iniciativa a SAA faz o exercício de medir, divulgar e prestar contas do seu desempenho, voltado para a oferta de soluções enquadradas nas dimensões econômica, ambiental e social, que alicerçam o conceito de sustentabilidade.

No aspecto econômico a SAA se destaca com mais de 1.530 linhas de pesquisas agrônômicas que desenvolvem novas variedades, mais produtivas e resistentes com qualidades diferenciadas. Com linhas de crédito com juros diferenciados e subvenções ao prêmio do seguro rural. Também na infraestrutura com mais de 2.400 quilômetros de estradas rurais recuperadas. Guias de trânsito animal (bovinos) e permissão de trânsito vegetal, relatórios de sanidade e outras declarações de conformidade já podem ser feitos de modo eletrônico, com economia de tempo e dinheiro para o produtor.

Nas questões ambientais destacam-se: o uso racional da água, o controle da emissão de gases causadores do efeito estufa, a conservação dos solos, o uso correto e seguro de agrotóxicos, o incentivo aos sistemas integrados de produção (projeto Integra São Paulo), e a difusão de boas práticas agropecuárias.

Na área social, os projetos Hortalimentos e Cozinhalimentos, que oferecem, respectivamente, instalações de hortas e cozinhas comunitárias para municípios paulistas. Além disso, as Câmaras Setoriais oferecem espaço para o diálogo permanente voltado à proposição de políticas públicas.

Um belo trabalho e exemplo que contribui para levar a agricultura a ser reconhecida como prioridade pela população e pelos governos, numa sociedade cada vez mais urbana e que tende a inverter a fazenda, o sítio e a chácara como áreas de produção de alimentos, pelos supermercados. É concomitantemente um trabalho de conscientização, reconhecimento e de memória da grande e permanente contribuição da agricultura para o bem estar e desenvolvimento dos povos.

CORRER FAZ BEM!

Exercício aeróbico combate inflamação e enrijecimento dos pulmões em doenças respiratórias como asma e pneumonia.

Pesquisas desenvolvidas por Rodolfo de Paula Vieira, da Universidade Nove de Julho (Uninove), vêm mostrando os efeitos benéficos do exercício físico em doenças respiratórias, como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), síndrome do desconforto respiratório agudo e pneumonia, e também em situações que agridem as vias respiratórias, como a exposição à poluição atmosférica e o consumo de cigarros.

A pesquisa revelou que o aumento ou a redução da produção de determinadas substâncias em situação de exercício aeróbico inibe no pulmão a ativação de leucócitos, células do sistema imunológico envolvidas no processo inflamatório. Além das interleucinas, o exercício também inibe a ação de outros protagonistas: diversos fatores de crescimento, proteínas que atuam na proliferação e diferenciação de células que se acredita serem os principais mediadores das alterações nas vias respiratórias, como a fibrose.

O efeito benéfico do exercício também se manifesta em pessoas saudáveis sujeitas aos efeitos nocivos da poluição atmosférica, como corredores que treinam perto de avenidas.

Os esforços de Vieira vêm sendo reconhecidos não só pela ampla rede de colaborações e grande número de publicações. Seu grupo foi o mais premiado no congresso da Sociedade respiratória Europeia, que aconteceu em setembro de 2014, em Munique, Alemanha, com quatro prêmios recebidos. Um deles indicou que o exercício físico protege contra a pneumonia causada pela bactéria *Pseudomonas aeruginosa*, a principal responsável por infecções oportunistas em ambientes hospitalares e por mortes em unidades de terapia intensiva.

“A inflamação era 70% menor na fase aguda da pneumonia”, explica o pesquisador. E continua: “foi o primeiro trabalho do nosso grupo em infecção respiratória”. Com entusiasmo ele celebra a boa acolhida no encontro internacional que reuniu cerca de 22 mil especialistas.

Com o início dos testes com voluntários humanos e parcerias com hospitais e com atendimento clínico na Uninove, Vieira promete muitas novidades nos próximos anos.

Por enquanto, o recado aos asmáticos é: faça exercício regularmente, sob orientação, mas não exagere.

A CARTOGRAFIA SOBRE O BRASIL NO SÉCULO XVIII

Mapa feito em 1748 delineou novas fronteiras do Brasil continental depois do Tratado de Tordesilhas. Isto porque, na concepção iluminista do século XVIII, mapas eram espelhos perfeitos do território, projeções gráficas sobre o mundo real, ainda que a própria região retratada ou suas fronteiras não fossem completamente conhecidas.

Assim pensavam o embaixador português em Paris, dom Luís da Cunha, e o principal geógrafo europeu do período, o francês Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville. Em 1724, ambos deram início a uma parceria que levou D'Anville a desenhar a Carta de l'Amérique Meridionale, impressa em 1748,

Trata-se do primeiro mapa da América do Sul (ou América Meridional) que deu ao Brasil feições parecidas com as que tem hoje. “O mapa concebido por eles – ao fundirem política, diplomacia, geografia e cartografia – “inventou” um Brasil continental ao traçar as fronteiras que os portugueses desejavam para sua possessão na América do Sul”, diz a historiadora Júnia Ferreira Furtado, da Universidade Federal de Minas Gerais e autora do livro *O mapa que inventou o Brasil* (Odebrecht/Versal Editores, 2013), ganhador em primeiro lugar na categoria Ciências Humanas do prêmio Jabuti de 2014.

Dom Luís da Cunha (1662-1749) sabia da importância que os mapas teriam nas negociações diplomáticas com os espanhóis para mudar as fronteiras na América Meridional a favor de Portugal, estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas de 1494 entre Portugal e Espanha.

Com a carta pronta, em 1748, dom Luís despachou para Lisboa, Alexandre de Gusmão, diplomata que era secretário particular de dom João V, e o instruiu para que ela não fosse mostrada aos espanhóis e avisou que estava sendo feita outra carta em Portugal, sob suas ordens. Essa nova carta, *Mapas dos confins do Brasil com as terras da coroa da Espanha na América Meridional*, que ficou conhecida como o Mapa das cortes que foi a utilizada no Tratado de Madri, de 1750, que deu novos contornos às fronteiras sul-americanas.

“O Mapa das cortes foi coligido a partir de vários mapas, incluindo o de D’Anville, do qual copiou a parte referente à região Norte do Brasil”, diz Júnia Furtado. E continua: “ele foi feito sob medida para se conseguir mais terras na negociação com os espanhóis e traz erros propositais ao situar territórios colonizados por portugueses mais ao leste do que estavam”.

Interessante é que nenhum mapa do período foi tão próximo da realidade do que o trabalho de D’Anville, ao mostrar um território brasileiro que, a rigor, não existia oficialmente, diz a pesquisadora.

PRESIDENCIALISMO DE COALISÃO

A expressão presidencialismo de coalisão foi cunhada pelo cientista político Sérgio Abranches, num artigo de 1988, para caracterizar o regime político brasileiro. A base desse sistema é que o presidente eleito irá governar com seu partido detendo um número de cadeiras no Congresso, muito inferior ao que seria necessário para se formar uma maioria. Após a eleição de 2014 essa situação agravou-se, no Congresso brasileiro estão presentes 28 partidos. Assim, após a eleição o principal trabalho do presidente eleito é construir a coalisão de partidos que dará suporte às ações do governo.

Para gerir a coalizão, o Executivo tem dois tipos de instrumentos: primeiro, a própria construção da coalizão e a distribuição entre os seus partidos das responsabilidades administrativas; segundo, o uso da liberação de recursos para a execução das emendas parlamentares.

Ou seja, há dois tipos básicos de moedas de troca no presidencialismo brasileiro de coalisão: compartilhar cargos administrativos e respectivos orçamentos no interior do governo; e emendas parlamentares (o chamado “varejão”). A literatura tem sugerido que os dois tipos de instrumentos são complementares. Quem compartilha muito governo usa menos o varejão e vice-versa.

É aqui que nosso presidencialismo de coalizão decai para presidencialismo de cooptação. Os governos petistas têm um problema de origem: como houve a opção política de antagonizar os tucanos – que ideologicamente estão bem mais próximos do PT do que partidos como PP, PR, PSD, entre tantos outros – as coalizões petistas são muito heterogêneas ideologicamente.

As coalizões petistas abarcam toda a esquerda (com exceção de poucos nanicos de esquerda), pulam PPS, PSDB e DEM, e em seguida incorporam toda a direita. A forte heterogeneidade ideológica dessas coalizões faz com que a opção até agora do partido petista tenha sido a de compartilhar menos a administração com os parceiros e gerir a política no varejão. Mensalão e Petrolão são efeitos colaterais dessa escolha concentradora ou monopolista de gestão.

Na atual legislatura deu-se um passo para diminuir a cooptação. Trata-se da aprovação pela Câmara dos Deputados do orçamento impositivo, isto é, a verba do parlamentar para uso na base eleitoral não dependerá mais da vontade do executivo em dá-la ou não. O executivo perde uma moeda de troca.